

EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO: ROMPENDO AS FRONTEIRAS E OS LIMITES DA IDADE

Celia Maria de Souza Sanches Vieira¹

Resumo. Este trabalho aborda a educação para os idosos com o objetivo de legitimar sua identidade cultural, participação democrática, cidadania e desenvolvimento social. Nas rápidas transformações que caracterizam a atual sociedade do conhecimento, o uso progressivo de novos e inovadores meios de comunicação faz com que as exigências, em termos de educação, estejam em expansão constante. A pesquisa bibliográfica nesse contexto significa um conectar-se constante e atualizado com a vida, ampliando contextos e percepções sobre os mais diversos cenários vivenciais e os acontecimentos ao seu redor. Entendem os autores que a educação promove o acesso a informações e culturas diversificadas que atendam a uma educação contínua para a pessoa idosa, rompendo as fronteiras e os limites da idade.

Palavras-chave: Educação permanente, pessoa idosa, autonomia

¹ Coordenadora Pedagógica da Universidade Aberta da Terceira Idade/Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UnATI/UERJ, Gerontóloga - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia-SBGG, Mestre em Ciências Pedagógicas - Instituto Superior de Estudos Pedagógicos- ISEP. E-mail: sanches_celia@yahoo.com.br

Abstract. This study looks at education for aged people as a goal to legitimize their cultural identity, democratic participation, citizenship and social development. Through the quick changes that characterize the current knowledge society, the progressive use of new and innovative means of communication acts as if the requirements, concerning education, were in constant expansion. In this context, education denotes a continuous and updated connection with life, extending contexts and perceptions in regard to different experience settings and events that surround them. We then perceive that education promotes access to information and diverse cultural backgrounds that lead to a continuing education for the aged people, crossing the boundaries and the limits of age.

Keywords: Permanent education, old people, autonomy.

INTRODUÇÃO

A situação educacional é um dos indicadores primordiais na caracterização do perfil socioeconômico da população. No caso da população idosa, o indicador *alfabetização* é considerado um termômetro das políticas educacionais do passado.

No Brasil, nas décadas de 1930 e de 1940, até meados dos anos 50, as características da sociedade e as políticas de educação restringiam o antigo curso primário, hoje ensino fundamental, a segmentos sociais específicos.

Reflexo desse acesso desigual é o baixo índice médio de escolaridade observado na população idosa – principalmente das mulheres. Em 2000, a média de anos de estudo dos idosos responsáveis por domicílio era de apenas 3,4 anos para os homens e 3,1 para as mulheres, sendo de 64,8% o percentual de pessoas idosas alfabetizadas em 2000 (IBGE, 2000, p.21). Esse status de alfabetizado proporciona à pessoa idosa a oportunidade para sua inclusão (e emancipação) em relação à sociedade, possibilitando uma melhor qualidade de vida.

De acordo com Both (2001), o educador não pode se furtar a conhecer as peculiaridades do ciclo de vida longo. Assim sendo, ele pode proporcionar ao idoso um ensino adequado às suas necessidades e interesses, integrando no seu projeto educativo as virtudes direcionadas à longevidade, contribuindo, dentre outros aspectos, para uma vida mais saudável e agradável do discente.

A pedagogia voltada para a qualidade de vida possui um conjunto de atitudes e de valores que o educador deverá estimular para beneficiar a vida de seu educando, individualmente e em relação à sua comunidade envolvendo, também, a conscientização em relação ao meio ambiente. O aluno idoso em processo de alfabetização, passa a desenvolver melhor sua capacidade de organizar o pensamento e de compreender seu espaço vivencial, identificando situações-problemas

de sua relação com a coletividade, ampliando seus conhecimentos e sentindo-se mais seguro na vida em sociedade. Dessa maneira,

toda a vida do homem se faz em educação e por educação. A civilização material retrata-se na educação, que perpassa toda a sua vida social. Vida é, com efeito, comunicação entre os homens. E comunicar é educar-se”. (TEIXEIRA, 2000, p. 111).

A redução do analfabetismo é resultado de programas públicos e privados de alfabetização. A escolaridade da população idosa no Brasil é considerada baixa e esse resultado decorre de um “efeito coorte”² e indica os baixos níveis educacionais vigentes no país.

Até meados da década de 50, a reduzida escolarização da população não era considerada como fator limitador do desenvolvimento; ao contrário, era plenamente aceitável pelo modelo econômico, industrial e tecnológico do País. Nesse modelo, a competitividade nacional baseava-se nos recursos naturais e no custo reduzido da força de trabalho pouco qualificada. Em uma organização/empresa, as tarefas e funções eram simplificadas, fragmentadas e grande parte delas não de-

2 Efeitos coortes decorrem do fato de pessoas nascidas em um mesmo intervalo de tempo vivenciarem acontecimentos diversos, atuando de maneira diferente de grupos nascidos em outras épocas. Cada um desses grupos é denominado de coorte.

mandava escolaridade formal e, de maneira geral, ser analfabeto não representava entrave de monta para a obtenção de emprego na área industrial ou no setor terciário.

2. O IDOSO E A PROBLEMÁTICA DO ANALFABETISMO

Atualmente, entende-se que o analfabetismo compromete o futuro de um país, sendo que a exclusão econômica e social que dele decorre é um fato evidente, que interfere e limita a formação integral do cidadão, repercutindo negativamente na construção de sua identidade cultural, de sua consciência de cidadania e de seu crescimento como ser humano.

A partir da década de 1990, a educação básica tornou-se exigência nacional para toda a população e não apenas para a parcela considerada economicamente ativa, conforme os padrões tradicionais anteriores, passando a ser requerida como condição mínima para fazer frente à realidade social e do trabalho.

Entre os anos de 1989 e 1990, alguns estados brasileiros iniciaram programas educacionais para atender a população de jovens e adultos com idade superior a 14 anos. De uma maneira geral, esses programas objetivavam erradicar o analfabetismo criando oportunidade de aprendizagem, em especial, para o chefe da família, visto estar concentrado nele os estímulos em relação ao ambiente cultural dos

demais membros da família. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a participação de mulheres usuárias dos serviços ofertados pelo sistema educacional à população adulta mostra-se bastante efetiva, cabendo mencionar o aumento observado no número de mulheres jovens e adultas alfabetizadas. Se até 1991 a população feminina era menos alfabetizada que a masculina, em 1999 essa distribuição é alterada, mostrando que 50,5% das mulheres idosas estão alfabetizadas contra 49,5% dos homens nessa faixa etária. Outro dado importante é que a maior parcela desse contingente de mulheres se concentra na faixa dos 60 anos (totalizam 8 milhões no País), correspondendo a 55,1 % do total de idosos (IBGE, 2000)

Segundo destacado por Almeida (1999, p. 36), a respeito da tradição educacional feminina,

desde o século passado, a educação das meninas no Brasil destacava-se quase que exclusivamente pelas prendas domésticas e primeiras letras. No caso das meninas das camadas populares, na análise dos relatórios das professoras públicas no século XIX, há claras referências à pobreza das alunas e ao parco ensino a elas ministrado. Os pais dessas meninas, não raro, opunham-se a um tipo de instrução que ultrapassasse o socialmente aceito. (...) Entendem [os pais] que não devem com-

pletar a educação de suas filhas, dizendo que não as querem para professora. Educar essas jovens significava ensinar corte e costura, pois ler e escrever pouco lhes valeriam no futuro.

A alfabetização possibilita ao indivíduo a aquisição de conhecimentos necessários à sua inserção social, tornando-o um sujeito autônomo e ativo em relação à realidade em que está inserido. A velhice, sem esses requisitos, pode representar abandono e ausência de comunicação e, em consequência, de relevância social do ser que envelhece (Both, 2001).

No Brasil, o número de idosos(as) tende a dobrar nos próximos vinte anos, devendo atingir o patamar de 30 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Isto significa que 13% da população será constituída de idosos, percentual que, se em 1991 era de 7,3%, em 2000 se eleva para 8,6%, correspondendo a 14.536.029 de brasileiros nessa faixa etária. (IBGE, 2000, p. 12-13)

Ainda de acordo com o IBGE, o número de idosos(as) vem crescendo com mais rapidez que o de crianças: se em 1980, existiam 16 idosos para 100 crianças, em 2000 essa relação praticamente duplicou, passando a cerca de 30 idosos para 100 crianças. É possível observar, também, que vem sendo progressivo o aumento do número de pessoas com 75 anos ou mais, grupo etário que teve o maior crescimento relativo (49,3%) nos últimos dez

anos, na comparação com o total da população idosa, evidenciando que o Brasil segue a tendência mundial de envelhecimento crescente de sua população.

Em relação a dados estatísticos da população idosa, em termos mundiais, cabe destacar que existe

o reconhecimento de que o aumento da expectativa de vida é um fenômeno cujas conseqüências sobre a vida das sociedades serão consideráveis. O número de pessoas com mais de sessenta anos, no ano 2000, representará em torno de 10% da população mundial, sendo que 213 milhões viverão nos países em vias de desenvolvimento. Chamam a atenção para inúmeras implicações de ordem educacional, dentre outras, que decorrerão desse fenômeno e para a necessidade de se pensar sobre ele, preparando ações não só no sentido de melhorar suas condições de existência como de beneficiar as sociedades a que elas pertencem (PALMA, 2000, p. 44).

Documento da Unesco sobre a Educação para o Século XXI (apud PALMA, 2000, p. 43) também alerta que a educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas, na medida em que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas. O mesmo texto sinaliza para a necessidade de repensar a importância e a abrangência da educação permanente, posto que ela deve ser

dirigida às necessidades das sociedades modernas, não pode continuar a se definir em relação a um período particular da vida, mas deve-se aprender ao longo de toda a vida, e uns saberes penetram e enriquecem os outros (Ibidem).

Entende-se, portanto, que a educação é um processo libertador, que amplia o conhecimento a quem tem capacidade de assimilá-lo, possibilitando reflexão e questionamento do mundo que cerca o ser humano. Negar educação para o contingente da população que envelhece representa reprimir sua capacidade de ver o mundo e compreendê-lo de forma significativa.

3. METODOLOGIA ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO PERMANENTE

O prolongamento da vida gera novas responsabilidades sociais, culturais e educacionais, que exigem novas relações de poder, mudanças sobre o entendimento da condição humana diante do envelhecimento das populações e, principalmente, da diversificação de oportunidades institucionais. O existir contemporâneo obriga a que as universidades, as empresas, os poderes públicos (em especial o Legislativo e o Executivo) passem a adotar e a assumir um posicionamento diferente diante do fenômeno da longevidade:

Os currículos, a aposentadoria, as leis para os idosos, os programas de saúde, a oportunidade de educação permanente, o lazer comunitário não podem permanecer os mesmos, uma vez que os clientes sociais apresentam novas demandas (BOTH,1999, p. 15).

Dessa maneira, a Gerontogogia³, que exerce papel importante na educação daqueles que envelhecem, favorecendo a opção na escolha de suas atividades, é

um espaço educacional privilegiado para o encaminhamento de suposições de ações, cujos objetivos buscam adequar as representações e oportunidades sociais às exigências da qualidade de vida, em todos os períodos. (...) É na meia-idade que a Gerontogogia inicia sua vocação específica, na promoção do desenvolvimento tardio (Ibidem, p. 33 e 35).

A educação permanente significa oportunidade de aprendizagens contínuas, objetivando atender as necessidades do ser humano de interagir e de aprimorar o saber. Ela é um dos temas que, por sua relevância e alcance no momento contemporâneo, tem motivado particular atenção de educadores e de estudiosos no assunto.

3 Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, "Gerontogogia é o estudo dos fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados ao envelhecimento do ser humano."

A essência da educação permanente reside no postulado de que todo indivíduo é um ser inacabado, em constante transformação e reformulação, parte integrante de uma sociedade em mudança, da qual é, ao mesmo tempo, criador e criatura. A ação de educar, ou de educar-se, era centrada com maior ênfase no período compreendido entre a infância e a adolescência, os denominados “anos formativos”, caracterizados como a fase de aquisição e de elaboração do conhecimento. A educação permanente rompe com esse conceito que pré-estabelece o tempo de aprendizagem, fazendo com que passe a ser entendida como um processo que não se conclui nunca, estendendo-se por toda a existência da pessoa. (Claparède *apud* Villas Boas, 1982, p. 5)

A educação permanente é baseada na noção de um currículo flexível, organizado para atender a mudanças de interesses e de necessidades de qualquer pessoa ou grupo social, oferecendo oportunidades de entrada e de saída no sistema de ensino em diferentes momentos, com menos ênfase em diplomas e certificados como pré-requisitos para inclusão e participação em atividades educativas.

Na ótica da educação permanente, professor e aluno encontram-se em processo de maturação e aprendizagem constantes e, ainda que o professor, em muitos aspectos, esteja em um estágio intelectual mais avançado, tal fato não restringe as possibilidades de apren-

der cada vez mais. Em se tratando de educação de idoso, deve-se incentivar e estabelecer a troca de experiências entre os próprios alunos pois, dentre outros motivos, com frequência eles possuem uma experiência maior do que a do professor em determinados assuntos, seja pela vivência acumulada seja pela dedicação, por longos anos, ao exercício de cada atividade. Essa forma de educar possibilita *“relações generosas consigo mesmo, com os outros, com o ambiente e a natureza durante toda a extensão de vida”*. (Both, 2001, p. 129)

É uma educação que visa garantir, em última instância, a autonomia das pessoas, facilitando e enriquecendo as relações sociais, além de promover uma efetiva inserção social, estimulando, ao mesmo tempo, a assunção de responsabilidades e o gosto de criar. (SCHWARTZ *apud* GADOTTI, 2001, p. 285).

A constituição mental dos mais velhos passa pela consideração da linguagem construída ao longo da vida. A qualidade de vida entre as pessoas idosas é garantida quando existem trocas em torno daquilo que a coletividade, na qual estes se inserem, se propõe a fazer. É fato que muitas pessoas que deixam de pertencer e atuar no “mundo do trabalho”, por causa da aposentadoria, sentem tanto os efeitos desse afastamento que desenvolvem doenças somáticas, apenas porque deixaram de sonhar e de trocar experiências com outras pessoas. Uma sala de aula, portanto, pode ser um bom lu-

gar para aproximar e melhorar a qualidade de vida de todos aqueles que querem aprender, considerando que *“a grande tarefa dos nossos dias é preparar o homem novo para o mundo novo, que a máquina e a ciência estão exigindo”*. (TEIXEIRA, 2000, p. 13).

Vale ressaltar o quanto não é saudável, para ninguém, ficar fora de um grupo familiar ou profissional, isolando-se, já que as pessoas sonham, sentem, pensam e operam juntas. Na esfera educacional, as relações interpessoais ocorrem favoravelmente quando a metodologia de aprendizagem compromete os alunos e os torna cúmplices dos objetivos a serem alcançados. Implica, portanto, uma busca realizada pelo homem, enquanto sujeito de sua própria educação e não como objeto dela. Esta procura, se solitária, poderia vir a traduzir-se em um “ter mais”, que é uma forma de “ser menos”, motivo pelo qual deve ser feita em comunhão com outras pessoas que também procuram “ser mais”, de maneira partilhada e solidária, com respeito mútuo, sem a preocupação de impor um pensamento dominante, para evitar o risco de ocorrer uma *“coisificação de consciências”*. (Freire, 1997, p. 28).

A educação tem caráter permanente porque todos estamos nos educando constantemente, pois o homem é um ser inacabado, incompleto, não tem o conhecimento absoluto de tudo que o cerca. O saber se constrói por meio de uma superação constante. Todo saber

humano tem, em si, o testemunho do novo saber que já se anuncia e todo saber traz consigo sua própria superação, pois não há saber nem ignorância absolutos, há somente um relativismo dinâmico entre o estado do saber e o da ignorância. Essa é uma das razões porque o professor não deve se colocar em posição de superioridade em seu trabalho de ensinar, mas na posição daqueles que comunicam um saber relativo. (*Ibidem*, p.29)

A educação permanente visa preparar o indivíduo para enfrentar um mundo em constante mutação, capacitando-o a desempenhar novas funções requeridas pela sociedade, a interagir no campo profissional e social, dialogando com as diferentes gerações, entendendo sua linguagem. E, ainda, a incentivar o indivíduo a assumir sua auto-educação, utilizando os meios postos à sua disposição para um aperfeiçoamento contínuo e, inclusive, valendo-se dos momentos de lazer para enriquecer-se culturalmente. Uma educação que contribua para tornar as pessoas, nas diferentes fases da vida, mais felizes e realizadas. (COLLET, 1976, p. 16). No futuro, a maior parte da educação terá lugar fora do espaço escolar, em local e hora da própria escolha do indivíduo, com o aluno sendo liberado das restrições impostas pela sala de aula em virtude da possibilidade do estudo rotineiro em bibliotecas e laboratórios, juntamente com o hábito de frequentar museus,

teatros e cinemas, além do acesso, do manuseio e da obtenção de informações e de dados por meio eletrônico, com ênfase para o que atualmente é oferecido pela *Internet*.

No caso da pessoa idosa, esta deve ser capaz de saber construir a sua própria educação. Para que isto venha a ocorrer, o currículo deve promover oportunidades para que o indivíduo aprenda, principalmente, a ler, ouvir, observar, expressar-se e adquirir técnicas para obter informações e criar novas idéias e soluções para problemas. A educação permanente poderá se constituir em um importante espaço de reeducação, de democratização e de desenvolvimento da cidadania, bem como das ciências populares e de outras práticas sociais na educação de adultos, pois *“oferece uma metodologia especial que deverá ser estudada para atender às novas perspectivas, sendo o professor preparado para atuar em equipes polivalentes”*. (COLLET, 1976, p. 77).

Para atender às necessidades especiais do(a) idoso(a) e às novas perspectivas da vida moderna, é preciso que a educação permanente para a chamada “terceira idade” ofereça uma metodologia diferenciada, que inclua o saber elaborado, o resgate da história de vida, contatos, entendimentos e convivência com gerações mais novas, promovendo trocas de experiências e de conhecimentos.

A Unesco, em 1977, já defendia a educação permanente como sendo a pedra angular

da política educacional, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, para que todo indivíduo tivesse oportunidade de aprender durante a vida inteira.

4. RESULTADOS BENÉFICOS NA INTERGERACIONALIDADE

A transferência do saber e do fazer de pai para filhos e das gerações antigas para as mais novas é um fenômeno intergeracional, que inter-relaciona ascendentes e descendentes e que tem implicações e desdobramentos de ordem econômica, sociocultural e política. Não se deve, por exemplo, confundir relações familiares com relações entre gerações, situadas e datadas pelo nascimento, pelas idéias, valores, sentimentos.

Os benefícios das relações intergeracionais repercutem também na formação da personalidade dos jovens, que têm a oportunidade de aprender com a troca de experiência com os mais velhos. Esse relacionamento permite aos jovens se conscientizarem da trajetória histórica das vivências das gerações que os antecederam, adquirindo condições de melhor se prepararem para a própria velhice, na medida em que convivem, respeitam e valorizam aqueles que já envelheceram. A intergeracionalidade possibilita modificar o pensamento tanto da criança e do jovem como do adulto a respeito da percepção, em geral pre-

conceituosa, que possuem da velhice, que estaria sempre ligada a doença, invalidez, feiúra, mau cheiro, tristeza e morte.

Atualmente, numa sociedade que incentiva e prioriza, como valores, a crescente aquisição e consumo de bens e de serviços, que favorece e fortalece uma forma de existência individualista, que fragmenta a família e um viver coletivo e mais solidário, vem transformando, cada vez mais, as pessoas em seres humanos solitários e pouco afeitos a compartilhar. As gerações formadas por relações familiares, de amizade, escolares, profissionais são, hoje em dia, as mais afetadas por essa situação. São coletividades que vivenciaram e viveram amparadas por valores, idéias, concepções e tradições focadas no interesse coletivo e que vêm se dissipando em um mundo caracterizado por mudanças rápidas e constantes. Como afirma Agostinho Both (1999, p. 38),

A consciência dos mais jovens pode até mover-se na direção de um saber internetizado mas, para a promoção da originalidade pessoal, não se pode fugir dos arranjos afetivos e cognitivos engendrados nas comunidades. O conhecimento pode vir do espaço eletrônico, mas não a sabedoria nem o movimento dos sentimentos. Estes possuem história local e um coração particular (Both, 1999, p. 38).

O diálogo entre as gerações melhora a

consciência comunitária, aproxima e faz sobressair as diferenças e garante a multiplicidade inventiva da humanidade e faz parte do processo de humanização, que não pode prescindir da mediação histórica. Conhecer e manter os vínculos com o passado fortalece a necessária solidariedade entre os homens, na medida em que são identificadas idéias e aspirações comuns aos sujeitos inseridos em uma determinada realidade social.

É necessária uma ação pedagógica induzida para que as gerações mais jovens sejam motivadas a conhecer e a respeitar as tradições herdadas para que possam se apropriar do universo dos mais velhos. Uma vez percebida e aceita a singularidade de cada geração, os jovens poderão respeitar os mais velhos e, quando adultos, lutar por políticas sociais mais justas para o campo social, incluindo a saúde, a educação, a moradia e o transporte.

No diálogo das gerações inclui-se, também, a virtude da tolerância. É possível que, nesse período de significativo aumento da população idosa, os mais jovens, em busca do sucesso exclusivamente material, não percebam na vivência dos mais velhos uma oportunidade a mais de melhorar suas próprias vidas.

É importante criar, no âmbito da escola e da comunidade, programas de cunho interdisciplinar, com a finalidade de facilitar a integração de gerações, em especial utilizando como meio a narrativa da história dos mais

velhos, permitindo revelar um denso universo em que realidades diversas estão postas e muitos saberes se interligam: questões políticas se associam a questões religiosas; políticas internacionais se refletem em decisões de âmbito nacional; planos e ações de alcance internacional se revelam no processo de formação e na dinâmica das sociedades; políticas sociais se materializam em resultados observados nas áreas da saúde, da educação, da cultura; o bem-estar social é verificado pela análise dos acontecimentos do cotidiano que, por sua vez, se inspiram em ideologias.

As crianças e jovens, mediante a apreensão da história dos mais velhos, podem descobrir o entrelaçamento das diversas realidades humanas e perceber que, por trás delas, existe um propósito determinado que, no entanto, pode ser alterado por meio de ações planejadas, consistentemente ajuizadas. A dinâmica da organização da vida humana pode ser mais bem entendida através de um competente programa intergeracional, no qual sejam propostos o conhecimento dos caminhos da exclusão e a busca da emancipação humana. É possível que os currículos escolares, tendo por objetivo a melhoria da qualidade de vida, possam incluir um farto material para análise crítica sobre o mundo contemporâneo e que auxilie a compreender a sociedade na qual estamos inseridos:

A importância de uma escola pública para a construção da cidadania é uma das exigências para uma nova cultura política (...) não há como dizer que a educação cria a cidadania de quem quer que seja, mas sem a educação é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é difícil, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania (FREIRE APUD GOHN, 2001, p. 63 e 64).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de ensinar estabelece um relacionamento dinâmico entre educador e educando, com interferência, inclusive, sobre a questão de suas identidades culturais e individuais, contrapondo-se a um ensino de caráter elitista e autoritário, em que o educador se reserva a exclusividade do "saber articulado". A educação não é simples transferência de conhecimentos: a autonomia, a dignidade, os conhecimentos adquiridos antes do ingresso na escola e a identidade do educando tem que ser respeitadas, pois

educar é como viver, exige a consciência do inacabado porque a história em que me faço com os outros é um tempo de possibilidades e não de determinismo. (...) No en-

tanto, é tempo de possibilidades condicionadas pela herança do genético, do social, do cultural e do histórico que faz de homens e mulheres seres responsáveis, sobretudo quando a decência pode ser negada e a liberdade ofendida e recusada (FREIRE, 2001, p. 58).

A filosofia educacional de Paulo Freire é um clamor universal em favor da esperança para todos os membros da raça humana oprimidos e discriminados. Afirma que qualquer iniciativa de alfabetização só adquire dimensão humana quando se realiza "*a expulsão do opressor de dentro do oprimido*", como libertação da culpa (imposta) pelo seu "*fracasso no mundo*". Insiste na "especificidade humana" do ensino, enquanto competência profissional e generosidade pessoal, sem autoritarismos e arrogância, porque entende que somente assim nascerá um clima de respeito mútuo e disciplina saudável entre

a autoridade docente e as liberdades dos alunos (...) reinventando o ser humano na aprendizagem de sua autonomia, [não separando] prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, de respeito ao professor, ao respeito aos alunos, de ensinar a aprender (FREIRE, 2001, p.105-107).

Para Freire, ensinar é mais que uma profissão, é uma missão que exige comprovados saberes no seu processo dinâmico de promoção

da autonomia de todos os educandos. Ele não só procurou perceber os problemas educativos da sociedade brasileira e mundial, mas propôs uma prática educativa para resolvê-los, tendo como princípio basilar uma prática educativa que transforma educadores e educandos e lhes garante o direito à autonomia pessoal e que os dignifica na construção de uma sociedade democrática. Isto tem encorajado inúmeros educadores a inovarem a sua prática pedagógica, no sentido de buscar compreender a realidade de seus alunos - tanto do ponto de vista psicológico, cognitivo e afetivo como sociocultural - trabalhando na perspectiva de uma educação que conduza o aluno a ser sujeito consciente de sua autonomia social.

Pensadores como Paulo Freire vêm contribuindo para disseminar e aprofundar o debate sobre uma educação de qualidade para o conjunto da população e, mais particularmente, para a apreciável parcela constituída por pessoas idosas. Possibilitar à pessoa idosa o acesso à aquisição de novos saberes e conhecimentos, fazendo com que, mediante essa aprendizagem venha a ampliar a sua capacidade de memorizar e de atualizar informações, vivendo e interagindo de maneira mais participativa e efetiva na coletividade e, conseqüentemente, melhorando a sua qualidade de vida.

Nesse mundo novo que vem surgindo, cabe à escola permanecer no nível em que se encontra atualmente, reproduzindo co-

nhecimentos que o aluno é capaz de adquirir sozinho ou, então, tornar-se um espaço de interação, aberta à dúvida, ao diálogo, ao questionamento, à análise crítica, às diferenças e ao erro, às contradições que caracterizam a sociedade contemporânea, constituindo-se como um espaço que favoreça e auxilie a transformação e o desenvolvimento do potencial intelectual e emocional dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares. *Imagens de mulher: a empresa educacional e feminina nas primeiras décadas do século*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 79, p. 36, n. 191, 1999.

BOTH, Agostinho. *Gerontogogia: educação e longevidade*. Passo Fundo, RS: Imperial, 1999.

_____. *Educação Gerontológica: posições e proposições*. RS: Editora São Cristóvão, 2001.

COLLET, Heloisa Gouvea. *Educação permanente: uma abordagem metodológica*. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 1976.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. *Perfil dos idosos responsáveis*

pelos domicílios no Brasil 2000. Rio de Janeiro: Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Educação e Mudança*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

KNECHTEL, Maria do Rosário. *Educação permanente: da reunificação alemã a reflexões e práticas no Brasil*. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos: para quê?* São Paulo: Cortez, 2002.

PALMA, Lucia Terezina Saccomori. *Educação permanente e qualidade de vida: indicativo para uma velhice bem-sucedida*. Passo Fundo, RS: UPF, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à Filosofia da Educação*. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

UNESCO. *Alfabetização como liberdade*.
Brasília:MEC, 2003.

VILLAS BOAS, Maria Violeta. *Conceitos
Básicos em Educação – análise e
confronto*. Rio de Janeiro: SENAC, DN,
Dir. de Formações Profissional, Coord. de
Divulgação, 1982.

Recebido em 30.7.2008
Aprovado em 30.9.2008